



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

28/08/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Ministro nega volta do imposto sindical e explica proposta de contribuição negocial

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a afirmar que a volta do imposto sindical não está em discussão e que, na prática, a proposta negociada para custeio das atividades sindicais abre a possibilidade para que não haja qualquer contribuição, se assim for decidido em assembleia.

Marinho explicou a ideia de contribuição negocial à Folha de S.Paulo nesta quarta-feira (23), após uma reunião do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Ele comparou o modelo a uma reunião de condomínio, em que todos podem ir às assembleias e defender suas posições, mas, ao final, as decisões tomadas pela maioria devem ser seguidas por todos, comparecendo ou não.

"O trabalhador que é contra [a taxa negocial], o empresário que é contra, tem que ir lá na assembleia discutir, como um condomínio. Quem é contra e não vai na assembleia tem o direito de não pagar o condomínio? Não. Ele pode ir lá, falar contra e convencer a assembleia. Organização coletiva se decide por coletivo e não de forma individual", disse.

A expectativa era que a proposta fosse finalizada na reunião do Grupo de Trabalho da Negociação Coletiva nesta terça-feira (22), mas as entidades patronais pediram mais tempo para analisar o texto. O grupo reúne representantes de seis centrais sindicais, seis confederações patronais e governo, que media a conversa entre as partes.

Para o ministro, eventuais resistências no Congresso à proposta de contribuição negocial se devem a uma possível desinformação em torno dela, que está sendo classificado como "volta do imposto sindical", extinto pela reforma trabalhista de 2017.

"Ninguém está discutindo isso [a volta do imposto sindical], nem as centrais estão pedindo isso. Não existe. Desde janeiro falo que imposto sindical está fora de cogitação, não volta. Cobrança compulsória? Não volta. Vamos começar a discutir o assunto, para entender do que se trata", afirmou à Folha.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 28 de agosto.

Consignado do INSS para quem recebe BPC só sairá depois de decisão do STF

O empréstimo consignado para cidadãos que recebem BPC (Benefício de Prestação Continuada) só será liberado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) quando o STF (Supremo Tribunal Federal) julgar o tema, segundo comunicado do instituto.

"Como a discussão está em andamento no Judiciário, qualquer decisão do Instituto Nacional do Seguro Social só será tomada após o trânsito em julgado naquela esfera de poder", diz o texto.

Isso significa que a modalidade só será regulamentada e oferecida após o fim do processo, sem que haja mais nenhuma possibilidade de recurso, o que pode levar alguns anos.

Para a advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a medida é acertada, por se tratar de uma população economicamente vulnerável. "Acho adequado o INSS só cumprir [a oferta do consignado do BPC] quando o STF se manifestar", afirma.

Em sua opinião, o crédito para esses cidadãos pode comprometer ainda mais renda de quem já está em situação econômica de miserabilidade. "Não acho adequado consignado para BPC. As pessoas que fazem jus a este benefício assistencial comprovam situação de miserabilidade. Se tiverem empréstimo, terão a renda mensal ainda mais reduzida, comprometendo sua subsistência."

A educadora financeira Cíntia Senna, da Dsop, avalia que o INSS teve prudência, por se tratar da liberação de crédito para um público que necessita de educação financeira.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 27 de agosto.

Cerveja, refrigerante e gasolina podem aliviar novo IVA, dizem especialistas

O imposto seletivo, que prevê uma tributação maior sobre produtos e serviços que prejudicam a saúde e o ambiente, foi criado para inibir o consumo desses itens. No entanto, numa contradição já instalada em inúmeros países, a taxa adicional passou a ser importante fonte de arrecadação, porque as pessoas não pararam de consumir os produtos.

Segundo especialistas, o imposto seletivo pode ajudar a reduzir a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em discussão na Reforma Tributária que tramita no Congresso.

Os parlamentares trabalham na criação do IVA do tipo dual. Haverá a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para substituir PIS e Cofins e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) no lugar do ICMS estadual e do ISS nos municípios. Uma alíquota padrão será dividida entre eles, destinando arrecadação para União, estados e municípios.

O texto, que já passou na Câmara e está em análise no Senado, prevê que o novo imposto seletivo pode ser cobrado sobre bens e serviços nocivos à saúde e ao ambiente. Simples assim.

Essa redação abrangente atende o debate global. A lista sobre o que taxar é cada vez mais ampla, e as alíquotas podem ser muitas e maiores do que o IVA padrão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 27 de agosto.

Preço da gasolina sobe mais R\$ 0,23 por litro e já é o maior desde julho de 2022

O preço médio da gasolina e do diesel nos postos brasileiros seguiu em alta na segunda semana após os reajustes no valor de venda das refinarias da Petrobras. A gasolina chegou a R\$ 5,88 por litro, maior valor desde julho de 2022, em valores corrigidos pela inflação.

É uma alta de R\$ 0,23 por litro em relação à semana anterior, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Desde o reajuste, anunciado no dia 15 de agosto, o aumento acumulado é de R\$ 0,35 por litro.

Os repasses são maiores do que o previsto pela Petrobras, que estimou alta média de R\$ 0,30 por litro de gasolina e R\$ 0,65 por litro de diesel, considerando a parcela de biocombustíveis nos dois produtos.

Esta semana, a ANP detectou a gasolina mais cara do país em Tefé (AM), a R\$ 7,62 por litro. O diesel mais caro foi encontrado em Ourinhos (SP), a R\$ 8 por litro. Em 13 estados, o preço médio da gasolina supera os R\$ 6 por litro

São eles: Acre (R\$ 6,75), Rondônia (R\$ 6,54), Rio Grande do Norte (R\$ 6,44), Amazonas (R\$ 6,41), Ceará (R\$ 6,32), Tocantins (R\$ 6,28), Sergipe (R\$ 6,13), Bahia (R\$ 6,05), Espírito Santo (R\$ 6,03), Paraná (R\$ 6,03), Pernambuco (R\$ 6,03), Roraima (R\$ 6,02) e Santa Catarina (R\$ 6,00).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 26 de agosto.

Aneel mantém bandeira tarifária verde para setembro

O consumidor não pagará cobrança extra sobre a conta de luz em setembro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira verde para o próximo mês para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A conta de luz está sem essas taxas desde o fim da bandeira de escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até meados de abril de 2022. Segundo a Aneel, na ocasião, a bandeira verde foi escolhida devido às condições favoráveis de geração de energia, com os reservatórios das usinas hidrelétricas em níveis satisfatórios. O nível de armazenamento dos reservatórios, informou a agência reguladora, atingiu 87% em média no início do período seco, o que explica o cenário favorável do momento.

Caso houvesse a instituição das outras bandeiras, a conta de luz refletiria o reajuste de até 64% das bandeiras tarifárias aprovado em junho de 2022 pela Aneel. Segundo a agência, os aumentos refletiram a inflação e o maior custo das usinas termelétricas neste ano, decorrente do encarecimento do petróleo e do gás natural nos últimos meses.

Na última terça-feira (22), a Aneel aprovou uma consulta pública para baratear as bandeiras tarifárias em até 36,9%. O órgão citou três fatores para justificar a redução: reservatórios cheios, expansão de energia eólica e solar e queda no preço internacional dos combustíveis fósseis.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 26 de agosto.